

LUTAS E EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES DO BAIRRO MORUMBI: UM LUGAR PARA MORAR E A LUTA QUE SE INICIA

Fights and experiences of the inhabitants of the Morumbi Neighborhood: a place to live and the fight that beginning

Henrique Rodrigues¹

RESUMO: Este estudo aborda a constituição do atual Bairro Morumbi, numa tentativa de explicitar as experiências dos moradores, os antagonismos de interesses e as lutas inseridas no seu cotidiano. É importante refletirmos sobre como se dá a constituição do bairro e os modos de vivências, do fazer-se da cidade, do fazerem-se atores coletivos permeados de experiências, contradições que se manifestam nessa história de lutas. Nosso propósito é pesquisar como de fato se dá o processo de disputa pelo espaço da cidade e, automaticamente, no formato dela, a resignificação do próprio sujeito.

UNITERMOS: Movimento Popular. Experiência. Consciência. Luta.

ABSTRACT: This study is about the constitution of the Morumbi Neighborhood, specifically expliciting the experiences of the inhabitants, the antagonism interests and the inserted fights in their routine. It is important we reflect how beginning the constitution of the neighborhood and the many their experiences about becoming a part of the city, becoming collective actors, around experiences, the contradictions manifested in this fight history. Our intention is to research how the dispute process for the city space and, automatically, in the city constitution and the individual resignification.

KEYWORDS: Popular Movement. Experience. Conscience. Fight.

Este trabalho teve como objetivo central, analisar a constituição do Bairro Morumbi, priorizando as experiências dos moradores, os antagonismos de interesses e as lutas inseridas no cotidiano deles. Este bairro está localizado no alto da região Leste de Uberlândia, às margens da BR 365, na saída para Patrocínio e faz divisa com o conjunto Alvorada. A pesquisa foi centrada em depoimentos orais, jornais e outros documentos produzidos pela Associação de Moradores.

A análise abordou questões como: trajetórias de vida dos compradores do núcleo inicial do conjunto, seus projetos, a dificuldade em conseguir a infra-estrutura adequada, e o sonho de possuir a casa própria. O recorte cronológico do estudo foi de 1991 a 2008. Busquei trabalhar o “significado” da experiência humana vivida e a maneira como essa vivência contribuiu na constituição do bairro e no próprio fazer-se da cidade de Uberlândia. Este estudo refletiu a possibilidade de enxergarmos no processo de constituição do Bairro Morumbi, o embate político direto e “organizado” da comunidade com o poder público municipal. Aliadas a estas problemáticas, tentei inscrever as problemáticas provenientes da minha própria militância, que dizem respeito, sobretudo, à força do Partido dos Trabalhadores e dos Movimentos Sociais atuais

¹ Graduado em História pela Faculdade Católica de Uberlândia e cursista do Programa de Formação Continuada para Docentes do Ensino Básico (Universidade Federal de Uberlândia) - Eixo 1: Linguagens e Culturas.

e que evidentemente, balizaram, também, a minha formação política e social, além da minha condição de morador do bairro.

No aprofundamento das entrevistas orais com os moradores do bairro, comecei a perceber certos posicionamentos que às vezes frustravam as minhas expectativas iniciais. Suas relações com empresas, o apoio de vereadores, uma visão positiva sobre a cidade surpreenderam-me. Todavia, um pensamento comum entre eles e eu perpassava o trabalho, isto é, a luta pela moradia passa muitas vezes por uma questão de justiça social e pelo direito de morar com dignidade. Na verdade, esse movimento de busca por habitação insere-se num processo histórico de disputa pela cidade. A percepção de que as experiências desses sujeitos históricos e sociais acumulam-se e expressam-se em forma de valores, imagens, crenças e sentimentos acerca de si próprios e da cidade. E esta percepção me fez sentir a necessidade de buscar um campo de abordagem teórica, na qual essas questões pudessem ser vistas com maior clareza, no intuito de definir o conceito de “experiência”.

Thompson (1991), em *A Miséria da Teoria*, diz que esse conceito é ausente do contexto teórico marxista. Neste trabalho, apresentam-se as “vozes” de sujeitos históricos anteriormente menosprezados que podiam dar acesso a uma multiplicidade de passados; da primazia à ação humana em detrimento às estruturas.

Em síntese, no conjunto de sua obra há uma clara preocupação com as experiências de resistência das classes desprovidas de posse. A compreensão da experiência da classe trabalhadora se dá no contexto das relações e confrontos de classes historicamente especificadas. A tônica recai sobre a experiência de classe e sobre a dimensão política desta experiência. Os modos de vida aparecem como processo múltiplo de aprendizados, posturas, opções, valores, afetos e deveres que se encontram e se defrontam no processo de luta de construção do social, ou seja, o entendimento de como a moradia tornou-se um problema, configurando-se por meio da percepção das ações dos moradores como elementos constituintes de uma relação social mais ampla, que envolve experiências e trajetórias de vida, que não se deram unicamente em torno da busca de um lugar para morar.

Uma indagação permeia os historiadores, ou parte deles, sobre o espaço reservado dentro da historiografia para a fala dos pobres. Sharp (1992), no artigo *A história vista de baixo*, faz uma crítica à teoria que considera a História, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes e salienta que, explicitar as outras versões, as outras histórias, no mínimo, seriam fundamentais e, seria também, uma forma de corrigir fatos e versões dadas como verdade, e caberia ao leitor se posicionar, questionar-se sobre as várias versões de um fato estudado.

Na perspectiva de que a cidade é construída por todos que nela moram, impregnando suas marcas, seus significados nesses espaços de disputa de poder local, esse estudo buscou focar a história vista pelos moradores do Bairro Morumbi, enquanto cidadãos inseridos dentro do espaço de disputa de poder manifestado no local. É o passado exposto no presente, dando uma importância para um conceito ampliado da história e sua escrita a partir das experiências sociais, da história dos homens. Nesse sentido, também buscou contribuir na preservação da memória social, seus significados e suas subjetividades para a comunidade local, um crescimento da consciência da historicidade, o modo de ser nesse mundo histórico onde produzimos e reproduzimos, ampliando

as nossas noções dentro da análise histórica. Segundo Khoury (2004), ao analisarmos a dinâmica das cidades, devemos ter o propósito de buscar uma compreensão mais substancial das teias de relações sociais estabelecidas.

Outro desafio foi levantar dados sobre o cotidiano dos trabalhadores que se instalam em bairros afastados, na dificuldade de acesso ao transporte coletivo e às áreas de lazer, sendo possível a elaboração de uma percepção mais clara e fundamentada sobre a especulação imobiliária, a verticalização e a favelização das cidades.

Os estudos de Sader (1988) contribuíram, sobremaneira, para a efetivação deste trabalho. O autor citado, ao refletir sobre a grande São Paulo, nos revela que as periferias desta metrópole possuem uma dinâmica própria. Analisa as suas organizações sociais: clubes de mães, oposições sindicais, movimento do custo de vida, trazendo em cena novos sujeitos que passaram a configurar como agentes ativos nesses espaços políticos, no período de 1970/1978, construindo e re-significando novas formas de fazer política, reformulando projetos diferenciados do modelo atual.

Para compreender a produção do espaço urbano uberlandense, com sua lógica dos programas de habitação vindos da Administração Pública Municipal, ressalto o trabalho de Dantas (2002). Seus estudos nos apontam para o fato de que as medidas de intervenção do poder público na área da habitação na cidade, quase sempre, tiveram como eixo de ação o deslocamento da população pobre em benefício de alguma obra pública que promove as constantes práticas da especulação imobiliária em Uberlândia. Levam-nos, também, a verificar que as construções de habitações afastadas do centro da cidade criam uma representação no imaginário das pessoas de que aglomerações enfeiam a cidade e o seu ideário de ordem e progresso, impregnado nas construções sociais uberlandenses.

Alguns elementos importantes e fundamentais para as nossas reflexões foram embasados nas pesquisas de Soares (1993), que discute como nasceu esse paradigma de cidade moderna, que vem se consolidando em Uberlândia. Até meados de 1950, a maior parte das cidades brasileiras se constituiu sem um planejamento. Muitas cidades eram marcadas pelas precariedades das casas com suas ruas tortuosas e improvisadas, assim ocorreu, também, em Uberlândia.

Diante desses fatos, os gestores públicos e os empreendedores entenderam a necessidade de mudar essa visão de cidade. Era preciso construir um novo modelo de cidade, evidentemente preenchida com novos valores. Nascia, então, um novo conceito de urbanidade. A idéia era enterrar a cidade velha com suas imagens: feia, tradicional, arcaica, desordenada no seu formato estético.

Era preciso planejar e implementar um espaço urbano, totalmente desenhado em todos os seus detalhes, implantar a modernidade, buscar o progresso e a ordem. Era necessário dar solução para velhos problemas urbanos. O mundo moderno protagonizava novos paradigmas que se faziam presentes diante do atraso do modelo antigo de cidade com suas ruas tortuosas; carroças e animais transitando pelas vias urbanas; amontoados de produtos nos passeios, verdadeiros ambientes degradados, fora do conceito que a modernidade impunha. E a modernidade urbana

deveria, antes de tudo, melhorar sua aparência. Os princípios que norteavam esses projetos tinham como pressupostos os preceitos de beleza, ordem e limpeza. As áreas urbanas deveriam, portanto, concretizar o pensamento, daquela época, no qual o desenvolvimento econômico inscrevia um ordenamento do espaço em nível técnico, em que seriam privilegiados o transporte urbano, programas de saneamento básico para a construção de redes de esgoto e outras infra-estruturas necessárias à vida na cidade, fazendo com que as mesmas se tornassem limpas e belas, registrando o progresso da sociedade moderna.

É nesse processo de reformulação da cidade, que entre os anos de 1907 e 1908, em Uberlândia, concebe-se um projeto urbanístico nesses moldes. Na busca de inserir a cidade na modernidade através do progresso, ordem, limpeza e beleza, o projeto do engenheiro Mellor Ferreira Amado traçou a mudança do novo centro da cidade, que se localizava no Bairro Fundinho para próximo à Estação Mogiana, nas imediações da atual Praça Sérgio Pacheco. Inauguram-se, então, em Uberlândia, com esta nova arquitetura, concepções modernas do urbano. Aparecem as ruas e avenidas largas, arborizadas, com novos palacetes e edifícios.

Nesse sentido, Soares confirma o nascedouro do novo ideário e do projeto de modernização da urbes uberlandense. Ela pontua que o referido plano tinha, também, como objetivo criar um modelo de cidade, cuja imagem expressasse a modernidade e a ordem, em um espaço urbano homogêneo e asséptico, que não se assemelha ao antigo Fundinho, de ruas estreitas e tortuosas. Evidentemente, esse novo espaço urbano da cidade de Uberlândia possibilitou investimentos comerciais, residenciais, recebendo por parte dos poderes públicos, investimentos para infra-estrutura, energia elétrica, calçamento das ruas e avenidas, rede de água e rede de esgoto.

O novo planejamento da cidade promoveu uma revalorização dos lotes, casas e áreas, passando a ser um ótimo empreendimento, amplamente aproveitado pela elite imobiliária.

Com a construção de Brasília, em 1950, a região de Uberlândia, passou por um virtuoso crescimento, ocorrendo o desenvolvimento de algumas áreas periféricas à cidade, outros núcleos urbanos e comerciais, mas essas mudanças não chegaram às vilas, aos bairros afastados do centro, na época: Saraiva, Roosevelt, Martins, Operário e Osvaldo, como podemos observar pela análise de Soares (1993) de uma matéria do jornal Correio de Uberlândia. Esta matéria refere-se aos problemas urbanos nos aspectos de infra-estrutura,

Não têm água com que sirvam nas suas labutas. A iluminação das ruas também lhes falta, sem explicações convincentes. Impõe-se por consequência, ação mais eficiente por parte do Governo Municipal no sentido de propiciar melhor nível de vida àqueles que continuam (SOARES, 1993).

Os estudos de Malta (1989) reforçam esta idéia; e, nesta perspectiva, tanto o ano de 1955 quanto o de 1991, aproxima-nos de um discurso proferido pelos gestores públicos, a velha dinâmica que deixava os bairros desprovidos de pouco ou nenhuma infra-estrutura: água, luz, pavimentação e esgoto, principalmente em regiões distantes. Era o progresso deixando marcas cruciais.

Em meados de 1930, no Brasil, houve uma grande mobilização de empresas do ramo imobiliário; e, no caso de Uberlândia, a Empresa Imobiliária Uberlandense teve um papel contundente, se destacando nesse processo. É interessante notar que a partir de 1930, as práticas estabelecidas, entre o poder público e empreendedores imobiliários, tornam-se bem próximas no tratamento do espaço público. Através dos jornais de época (*Correio de Uberlândia*), verificamos que o poder público legitimava e consentia a constituição de novos loteamentos. É nesse sentido, que Rolnik (1997), vem conceituar o “pacto territorial”, num paralelo à própria legislação urbana, admitindo a existência de irregularidades e até destinando determinados espaços da cidade – normalmente aqueles mais distantes, (des)urbanizados – para que ações ilegais aconteçam. Na análise, a autora afirma que esse pacto permite à maior parte das pessoas resolver seu problema de moradia por sua própria conta e não questionar o esquema político de dominação.

Esse vasto conjunto de ordenamento legal a ser observado e implantado na construção de qualquer projeto de loteamento, em tese, constitui-se em um bom instrumento, desde que implantado e seguida toda sua orientação, a fim de garantir, de fato, o direito do cidadão de morar com dignidade. Mas, da lei para a prática, acontece um conjunto de ações governamentais e de empresas imobiliárias que burlam as normas para a construção em loteamentos. As leis existem e a execução delas precisam ser garantidas, como no caso do Loteamento Santa Mônica II, atual Bairro Morumbi, cuja documentação foi reformulada pelo poder público e empreendedor imobiliário.

O acordo de retificação com a feitura de outra Escritura Pública sendo lavrada no mesmo Cartório, no livro 701, folha número 45, declara que por um “lapso” o empreendedor imobiliário se obriga a executar,

a implantação e conclusão das obras referentes à infra-estrutura, que consiste em rede de esgoto, rede de água potável, rede de água pluvial, somente nas vias que forem asfaltadas, rede de energia elétrica, pavimentação de todas as vias públicas que fazem parte do roteiro do transporte coletivo e meio-fio.²

Os documentos (Escritura Pública e o acordo de retificação) firmados entre os gestores públicos e empreendedor imobiliário, vêm substanciar a argumentação dos moradores e da própria Associação de Moradores, mostrando a sua indignação diante da situação do loteamento do Bairro Morumbi, com a área total de 2.792.259.00m². Os moradores convivem desde o surgimento do loteamento com gravíssimos problemas de infra-estrutura, como enchentes, devido à falta de rede de escoamento da água pluvial e a própria fisiologia do terreno, que, por si só, não oferece o escoamento natural desejado ou satisfatório. Este tipo de solo é denominado pela geografia de “covoal”. Diante dos problemas e evidências que comprovam que o local era inapropriado para a construção de um loteamento, o empreendedor promove um acordo com o gestor público e efetivam o projeto, construindo o então denominado Bairro Morumbi. Assim, fica claro que o empreendedor exime-se e retira sua responsabilidade diante da averiguação de enchentes constantes no bairro, apesar de toda a orientação legal para a aprovação de um loteamento por parte da prefeitura. É importante analisarmos que passaram por cima de todas as orientações

² Escritura Pública de Re-ratificação de compromisso entre o Município de Uberlândia e Morum Bernardino que Re-ratifica que se comprometeu a realizar toda a Infra-Estrutura no Loteamento do bairro Santa Mônica II – Setor “A” e “B”. Por um lapso se comprometeu a realizar as obras de escoamento de água pluvial em todo o loteamento, quando na verdade seria apenas nas vias que forem asfaltadas.

jurídicas, das diretrizes, das exigências, seja da prefeitura, da Lei Orgânica, da Constituição do país ou das demais Leis que ordenam a ocupação dos solos. Fica explícito um “acordo de cavalheiros”, que marca profundamente os destinos dos moradores do Bairro Morumbi, desde a sua origem até o atual momento. Assim, a cidade vai sendo organizada, gestada, conduzida por esse modelo previamente pensado pela elite dirigente .

O argumento do prefeito Virgílio Galassi, em seu depoimento à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) criada em 13 de junho de 2002, sobre o motivo da elaboração de outra escritura pública foi que:

àquela época havia uma inflação monetária muito grande de onde era necessário facilitar a construção das obras de infra-estrutura de forma a atender as famílias de baixa renda. (...) que o espírito, ou seja, o objetivo dessa modificação: era a redução do custo tanto de terrenos quanto das casas construídas pelo sistema financeiro de habitação.³

Uma análise dos primorosos verbos utilizados no depoimento do ex-prefeito à CPI, como: facilitar, viabilizar, reduzir, demonstra como se davam as relações, as práticas mútuas entre o gestor público e o empreendedor imobiliário, que se valeram de um discurso com a finalidade social de atender às famílias carentes. O que observamos é o velho discurso da ordem e do progresso a qualquer preço. A própria prefeitura viabilizando, maquiando obrigações de fato e de direito da alçada do proprietário do negócio. É o Estado arcando com recursos públicos um negócio privado, e ao mesmo tempo, ditando as regras, o modelo de cidade a ser seguido e a ser construído, onde todos “ganham”. Dessa forma, a cidade se expande, lógico, de forma desordenada, com loteamentos quase sem infra-estrutura.

Com a autorização da prefeitura, o empresário imobiliário teve em mãos um negócio altamente rentável, pois, no loteamento de 6.893 lotes foi construído um conjunto de 2.550 casas “embriões” dentro do programa do sistema financeiro nacional do governo federal. Um parêntese é necessário ser aberto, na construção dessas casas, embora a licitação final fosse ganha pela Construtora Eldorado, na prática, quem de fato executou a mesma foi a própria Imobiliária Santa Mônica Empreendimentos, uma questão que mais uma vez nos chama a atenção pela arbitrariedade do contrato inicial.

Dois pontos há que se ressaltar: se por um lado o empresário concebe um contrato de compra e venda com cláusulas abusivas, com um saldo devedor altíssimo, vinculado ao aumento do salário mínimo, esses dados de fato evidenciam que o loteamento não tem nenhuma finalidade social voltado às famílias carentes, e, sim, é um negócio como outro qualquer dentro da lógica do capitalismo, em que se almeja o lucro, de preferência altíssimo. Por outro lado, fica claro que o negócio seria voltado para a classe média, uma questão observada no relatório final da própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim, do ponto de vista dos moradores, como já salientamos desde o princípio, foi uma árdua luta para resgatar os seus direitos de viver dignamente num bairro organizado estruturalmente e

³ Depoimento do ex-Prefeito Virgílio Galassi à CPI Morumbi no relatório final (09/09/2002).

socialmente, com toda infra-estrutura e também com todo equipamento social instalado, como centro de saúde, pavimentação, escolas, creches, adequando o contrato de compra e venda aos padrões e necessidades do público alvo que são, em sua maioria, pobres, trabalhadores autônomos, domésticas, biscateiros (ambulantes) e desempregados, ou seja, implementar, de fato, um projeto social visando às famílias de baixa renda.

Portanto, o nascimento do Bairro Santa Mônica II (Morumbi) foi arquitetado, pensado e construído dentro do espírito do progresso, do trabalho, assim como a imagem do Brasil.

Observamos estas idéias no discurso do prefeito Virgílio Galassi, em 1980, numa revista elaborada pela Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura com o título: Uberlândia: trabalhar, progredir e viver.

Extraordinariamente dinâmica e ordeira, Uberlândia é no presente, uma cidade cosmopolita que recebe de braços abertos todos aqueles que para aqui se dirigem a procura de trabalho ou sadios e promissores investimentos que sejam no comércio, na indústria, agroindústria, prestação de serviços ou mesmo na produção rural; enfim, em todos estes setores as oportunidades são múltiplas, sólidas douradoras e estimulantes (GALASSI, 2000).

A revista elaborada pela Prefeitura, em comemoração aos 90 anos de emancipação política de Uberlândia, traz no seu bojo, um incentivo ao empresariado para investir nesta terra fértil, terra de oportunidades, sendo Uberlândia, sinônimo de trabalho e de progresso, e poderia propiciar às pessoas uma vida mais digna. As oportunidades para os empresários investirem são amplas, duradouras e, sem dúvida, extremamente estimulantes. É um claro chamamento do prefeito aos empresários para que invistam recursos, projetos na cidade, e a prefeitura fará a sua “parte”, estimulando, dando oportunidades para a viabilização do negócio na fértil terra chamada Uberlândia.

Como já enfatizamos, as fontes de pesquisa utilizadas na confecção deste trabalho foram: fontes orais, pesquisa em jornais (*Correio de Uberlândia* e da *Associação dos Moradores*), relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Bairro Morumbi, fotos (das mobilizações, dos eventos do bairro). Por meio destas fontes, foi possível buscar as várias representações dos fatos e experiências dos sujeitos sociais, moradores do bairro em análise. Os habitantes do Bairro Morumbi revelam em seus depoimentos, importantes formulações do que constitui a cidade para os moradores do Morumbi, com sentimentos aflorados pelo fato de morarem no seu chão, no seu bairro, na sua cidade. Seus depoimentos revelam, nas entrelinhas, a dureza da exclusão social e da busca de melhores condições de vida, sentimentos de esperança num futuro melhor.

A História Oral tem um papel fundamental na historiografia atual. Ela é sempre uma história do tempo presente, uma história viva, mas constantemente (re)elaborada pelo sujeito. Há uma perspectiva dialética com a prática desta história, no sentido de explicitar, em sua essência, as outras histórias, as outras memórias.

Harvey Kaye (apud FONTANA, 1998) sustenta que “as classes dominantes temem a história porque esta é, em última instância, o relato da luta dos homens e das mulheres pela liberdade e pela justiça”.

O jornal *Associação dos Moradores* permitiu visualizar parte da dinâmica da ocupação do bairro, os movimentos e a forma de organização que foram sendo elaboradas, abrindo possibilidades de conhecimento das estratégias do dia-a-dia, deixando entrever o grau de envolvimento das Entidades Populares no processo.

Por meio dos jornais locais, analisamos como estas expectativas foram articuladas com a imprensa, com o poder público, por meio do confronto e por meio dos movimentos elas foram sendo concretizadas, trazendo um pouco dos conflitos, estratégias de organização e importância da ação política para o pleno exercício da cidadania.

Analisamos as histórias dos moradores do Bairro Morumbi na sua luta por um espaço na cidade e por seus direitos de cidadania, enfrentando os poderes públicos e o proprietário da Imobiliária Morumbi, com seus contratos abusivos e prestações vinculadas ao salário mínimo, como é demonstrado através dos panfletos da própria imobiliária para atrair as pessoas para a compra de terrenos e casas. Além do próprio contrato entre as partes contendo cláusulas “draconianas”, movidos pela realidade desses fatos citados, aliado à falta de infra-estrutura no local, fizemos algumas indagações fundamentais para o propósito desta pesquisa: qual a importância da cidade para esses moradores, quais os significados após a luta travada e que resultados foram representados em sua consciência.

Buscamos destacar as conquistas obtidas pela comunidade, com propósito de compreender como as expectativas dos moradores do Bairro Morumbi foram (re) elaboradas no cotidiano, nas relações com as quais eles tiveram de lidar, na resolução dos problemas de infra-estrutura, trabalho, segurança, educação e moradia. O ponto central foi avaliar a importância da ação política como fonte de aprendizado e crescimento pessoal. Visamos ainda desvendar as formas de articulação entre os movimentos e a ação dos partidos políticos, de vereadores locais.

Contudo, para além das considerações finais, penso que a principal contribuição desta pesquisa foi enriquecer o campo de reflexões da abordagem historiográfica sobre o espaço urbano e sobre a história local.

Fazendo um paralelo entre o discurso dos entrevistados e as falas dos jornais, pretendemos, por meio desta análise, refletir sobre a trajetória dos moradores, suas necessidades e propósitos ao comprar casas e lotes no bairro, mesmo com toda a realidade evidenciada na época de formação do mesmo e presentes ainda hoje.

Nas falas dos moradores, fica evidente o sonho da casa própria, apesar dela se localizar bem distante do centro da cidade, sem a infra-estrutura básica, uma realidade marcada por dramas: desemprego, transporte público precário, falta de creche, escola, posto de saúde, segurança, falta de perspectiva de vida. O depoimento a seguir, de Dona Alva Simeão, revela todas as mazelas de que dispunham os moradores do Morumbi no início da formação do bairro. A depoente nos

remete também ao tempo presente. Segundo ela, “*era um sonho muito grande porque eu poderia aumentar a construção no futuro e ter uma casa, mesmo daquele jeito, bem pequenininha, como hoje eu tenho, né, que é até razoável pra mim e meus filhos (...)*”⁴. O depoimento desta moradora, uma das primeiras moradoras do bairro, relembra o significado de adquirir a casa própria, mesmo que a casa, como ela mesma diz seja “pequeninha”. Ela projeta para um futuro breve, poder aumentar a casa e proporcionar à sua família, um padrão de vida melhor, essa fala transmite, também, um sentimento de garra para lutar pelos seus desejos e sonhos.

Da mesma maneira, observamos esta preocupação no primeiro jornal impresso pela Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica II (Morumbi), onde explicita o significado de morar no bairro, o sentimento de busca para melhorar de vida, de cuidar do que é seu,

quando vim morar aqui, no nosso bairro, encontrei muitas carências, o bairro sem escola, sem asfalto na linha de ônibus, hidrômetros vazando, alagando as ruas e sem uma associação. Existia um grupo de pessoas que queriam uma associação para reivindicar, cobrar e fazer valer a força de uma comunidade. Resolvi, juntamente com o apoio da população, fundar uma associação, reunimos, fundamos a primeira Diretoria e empossamos e começamos a trabalhar.⁵

A idéia de articulação coletiva e comunitária sobressai de um modo especial nesta fala, mesmo com as adversidades, embora permeie algumas contradições: qual o significado de se enfatizar a falta de asfalto nas linhas de ônibus, se nenhuma rua do bairro era asfaltada no momento? A Associação de Moradores reproduzia através do jornal informativo, no seio da comunidade local, o mesmo discurso do poder público e do empreendedor imobiliário que antes da constituição e início do projeto do loteamento pensava e executou esse ideário: a infra-estrutura deveria estar presente somente nas vias do transporte público. Esse antagonismo do discurso da associação de moradores é importante evidenciar, pois, vem reafirmar a prática do poder público e empreendedor e que a Associação de Moradores se utilizou no editorial do jornal do bairro. Por outro lado, é importante destacar que a luta não se faz somente com a diretoria da Associação, ela se pauta, também, pelos indivíduos que pensam, elaboram e (re) elaboram, no embate social diário, com avanços e recuos e que dão novos significados para as suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este trabalho, precisamos enfatizar a importância do papel dos sujeitos coletivos que fizeram e fazem a história, construindo modelos de atuação política, sendo ator principal nesse cenário, no contexto do seu mundo vivido e de novos significados do sentido do coletivo, que se pauta diante dos enfrentamentos por melhorias para o bairro, e que na verdade, se caracteriza pela luta pelo direito à cidade.

Esse trabalho demonstra como as pessoas elaboram e (re)elaboram suas posições sobre o problema

⁴ Entrevista concedida por Alva Simeão, moradora do bairro, em janeiro de 2008.

⁵ Depoimento extraído do Informativo Comunitário A Mor. As. M. II, jan. 1994.

fundiário, e como as dificuldades em se obter uma moradia refletem no aspecto urbano, problemas de ordem social, uma tentativa de revelar como sujeitos vão moldando o seu discurso à procura de um pedaço de terra para morar. Percebemos nessa pesquisa, um modelo de cidade que se impõe e averiguamos que é possível a efetivação de outros modelos, outros discursos, e que um outro paradigma de cidade é possível e necessário ser pensado.

O trabalho realizado trouxe-nos momentos de angústia e inquietações, mas propiciou a construção de uma história, uma realidade que enriqueceu nosso diálogo com as fontes e com a pesquisa de campo. Este trabalho mostrou-nos outros caminhos, diferentes da militância, de uma panfletagem, muitas vezes, sem consciência crítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, N. **As associações de moradores em Uberlândia**: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 1988.

DANTAS, Sandra Mara. Entre o real e o ideal: A cidade que se tem e a cidade que se quer. Uberlândia. (1900-1950). **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 26, n. 27, p. 193-214, 2002.

FENELÓN, Déa Ribeiro. **Cidades**. São Paulo: Olhos D'água, 2000 (Coleção: Pesquisa em História).

FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998.

GALASSI, Virgílio. Uberlândia: trabalhar, progredir e viver. **Revista Uberlândia**: a grande razão. Secretaria Municipal da Indústria e Comércio Turismo e Agricultura, 2000.

KHOURY, Yara Aun; FELENON, Dea Ribeiro (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

MALTA, Cândido. **Cidades brasileiras**: seu controle ou caos. São Paulo: Nobel, 1989.

PETUBA, Rosângela Maria Silva. **Pelo Direito à Cidade**: experiência e luta dos ocupantes de terra do Bairro Dom Almir – Uberlândia, 1990-2000. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

ROLNIK, Raquel. Compromissos, legislação urbana e cidadania. In: **A Cidade e a Lei**. Legislação política urbana e território na cidade de São Paulo. 2 ed. São Paulo: Stúdio Nobel/FAPESP, 1997.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SHARP, Jim. A história vista de baixo. In: HUNT, L. (Org.) **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: anotações sobre seu crescimento urbano. **Revista Cadernos de História**, v. 04, n. 04, jan. 1993.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.